

CODE 378**INVENTÁRIO PARTICIPATIVO NO QUILOMBO MESQUITA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA SALVAGUARDA IDENTITÁRIA E TERRITORIAL****Paulino, Mariane¹; Andrade, Liza².**

1: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília
e-mail: marianepaulino@hotmail.com

2: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília
e-mail: lizamsa@gmail.com

PALAVRAS CHAVE: patrimônio negro; comunidades quilombolas; povos tradicionais; processo participativo

RESUMO

As Comunidades Remanescentes de Quilombo sofrem as consequências socioculturais de um processo de invisibilidade secular no que tange a preservação da sua memória, identidade e território, onde o contexto histórico e socioeconômico corrobora com uma realidade que estigmatiza e marginaliza esta população. Dados os processos de construção e estruturação do patrimônio histórico no Brasil vemos uma lacuna de reconhecimento e salvaguarda nos sítios e bens relacionados a este povo tradicional que contribui com um cenário de fragmentação destas reminiscências.

O Quilombo Mesquita, objeto de estudo deste trabalho, localizado no estado do Goiás, Brasil, obteve sua certificação como território remanescente quilombola em 2006, contudo o processo de titulação não está concluído o que contribui para a invasão e ocupação irregular deste sítio histórico. No contexto das comunidades afrorurais, a relação com o território consolida as relações sociais, laborais, econômicas e culturais, onde as tradições e o modo de vida se estruturam a partir da terra.

Por isso, este trabalho tem como objetivo apresentar esta comunidade a partir de seu processo histórico de estruturação, associando a construção de tradições e cultura por meio de sua relação com o território – seus saberes e modo de viver. Envolvendo os membros da comunidade como atores deste processo pretende-se demonstrar a identificação dos patrimônios culturais com base na metodologia de Inventário Participativo (IPHAN), que inclui os lugares, celebrações, formas de expressões e saberes, a fim de iniciar e construir um processo de educação patrimonial. Observou-se que a participação social, por meio da identificação das referências culturais contribui com a consciência social das tradições e saberes e é ferramenta de valorização e preservação cultural, fortalecendo as questões de identidade da comunidade evitando a fragmentação de seus bens – imateriais e materiais – e de seu território, para um processo efetivo de salvaguarda e manutenção de um patrimônio vivo.

1. INTRODUÇÃO

Decorrente do processo do tráfico negreiro iniciado no século XVI no Brasil, os quilombos inicialmente eram definidos como um grupo de escravizados que estabeleciam habitação em lugar longínquo, em parte descampado, buscando fugir das condições impostas pelo processo escravagista, contudo essa perspectiva de isolamento foi sendo atualizada com o decorrer da história. Como vemos em Little [1] esse conceito deve ser alargado, não se restringindo às situações de fuga, pois como visto nos processos de formação de diversas comunidades, uma parte delas surgiu também de um processo de apropriação efetiva de propriedades em declínio, assim “aquilombando a casa grande”.

Ao pensar no processo de formação das comunidades tradicionais quilombolas é necessário abranger o fenômeno sociocultural e histórico da Diáspora Negra – que trata da imigração forçosa de africanos para outros continentes com fins escravistas – ao se considerar este movimento migratório é necessário perceber que este não se encontra somente como um momento histórico na linha temporal, mas como um contínuo civilizatório nestas comunidades. Presentes em povos tradicionais ainda hoje, nas tradições e cultura, estes remanescentes preservam a memória e resistência ancestral que está presente não somente por todo o território brasileiro, mas também na Colômbia, Chile, Equador e Venezuela.

Porém, ainda que sua população e suas reminiscências sejam consideradas patrimônio brasileira, estas comunidades ainda estão atreladas ao passado recente de escravidão, onde problemáticas socioeconômicas e raciais estruturam um contexto que estigmatiza e marginaliza seus descendentes. Dificuldades de acesso à terra, infraestrutura e equipamentos públicos são situações comumente intrínsecas a comunidades neste contexto periférico, onde a ineficiência de políticas públicas e ações afirmativas que fortaleçam a identidade e memória quilombola corroboram com este contexto de invisibilidade social.

Ao observar a conjuntura socioeconômica das comunidades remanescentes de quilombos podemos perceber que esta marginalização se estende para o campo do reconhecimento da territorialidade e identidade, uma vez que o processo de declaração destas comunidades como patrimônio cultural brasileiro e a salvaguarda de seu território e tradições é recente e que os direitos adquiridos ainda se encontram ameaçados por ações como, vista no Supremo Tribunal Federal [2], a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239/2004. Em detrimento dos direitos fundamentais destes povos tradicionais, esta ação questiona o Decreto nº 4887/2003 [3], que regulamenta a titulação das terras quilombolas – através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – e caso aprovada revogará a posse de grande parte das terras quilombolas já tituladas e pausará todos os processos em andamento, ou seja, um retrocesso nos direitos adquiridos por esta parcela da população.

Tratando destas questões, o objeto específico de estudo deste trabalho é o Quilombo Mesquita, localizado antes no que era conhecido como a cidade de Santa Luzia, o território desta comunidade tem cerca de 4.292 hectares e se localiza hoje no município de Cidade Ocidental (GO), na fronteira com o Distrito Federal. De acordo com o Relatório de Delimitação e Identificação Publicado em Diário Oficial pelo Incra em 2011, a comunidade tem como tronco familiar estas três negras escravizadas, e atualmente conta com 785 famílias, contudo a população não compreende somente os descendentes destas famílias quilombolas, mas também ocupam o território famílias não quilombolas que estabeleceram moradia.

Portanto, é indissociável a questão do acesso à terra das tradições e memórias destas comunidades afrrurais, o processo de educação patrimonial se associa com a territorialidade, que perpassa uma questão produtiva e se estabelece também como uma questão identitária, as tradições e o modo de vida se estruturam a partir da terra e dela se espraiam seus bens materiais e imateriais.

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o fortalecimento desta construção identitária nos membros do Quilombo Mesquita, envolvendo a comunidade no processo de identificação dos patrimônios culturais com base na metodologia de Inventário Participativo (IPHAN) a fim de iniciar e construir um processo de educação patrimonial. Pretende-se reforçar o processo histórico de estruturação, associando a construção de tradições e cultura por meio da sua relação com o território – seus saberes e modo de viver. O mote deste processo é o início de uma educação patrimonial onde as partes presentes na comunidade identificam seu patrimônio cultural.

O protagonismo da comunidade é fundamental para o entendimento das tradições que compõe este território, a identificação e o aprendizado sobre suas referências sociais e culturais. Pensando nas comunidades remanescentes de quilombo e a sua territorialidade como patrimônio histórico cultural, se estabelece a relação entre o patrimônio material que seria este espaço como bem e demais referências

culturais constituídas, onde nota-se o entrelaçamento destes vieses necessários para a compreensão identitária.

2. FORMAÇÃO QUILOMBOLA E PATRIMÔNIO

De acordo com Eltis e Richardson [4], estima-se que aproximadamente 5.099.816 africanos tenham desembarcado forçosamente no Brasil durante os anos de 1522 e 1866, vindos em sua maioria do Golfo do Benin e África Centro-Occidental – o que hoje conhecemos como Nigéria, Togo, Angola, Moçambique, Benin e Congo. Com base neste numeroso contingente de africanos e observando o Recenseamento Geral do Império [5], que em 1872 estimava a população brasileira em 10.112.061 habitantes, podemos inferir que os africanos e seus descendentes compunham um quantitativo expressivo da população brasileira. Portanto, ao considerar a sociedade brasileira como o resultado da conformação de todos os grupos étnicos que compuseram o seu desenvolvimento, seriam os negros africanos desembarcados na condição de escravos uma parcela deste montante.

Com isso, acerca destas etnias formadoras podemos inferir que a preservação de suas tradições e memórias está intrinsecamente atrelada à historicidade brasileira, ou seja, seus modos de viver, criar, fazer e se expressar – artística e tecnologicamente – fazem parte da identidade e memória não somente destes grupos, mas também da sociedade brasileira. Assim como segundo Choay [6], o patrimônio histórico cultural é compreendido no recorte do tempo e do espaço no qual se insere, existe uma ligação com as estruturas e os processos sociais que envolvem questões histórica e antropológicas onde o patrimônio se conecta à alguma esfera da sociedade e isto baliza sua relevância e importância coletiva.

Desde os primeiros momentos de instauração e atuação no Brasil, em 1937, as instituições oficiais de proteção ao patrimônio consideravam como objetos merecedores de distinção e proteção bens representativos de um Brasil Colonial da elite e com traços memoriais advindos da Europa, é notável a história de qual povo, entre os constituintes da sociedade brasileira, estes monumentos protegidos buscavam contar. O acervo de bens culturais tombados foi sendo construído, compreendendo uma gama de igrejas, templos, áreas consagradas e obras de arte sacra, o acervo do patrimônio histórico brasileiro contava somente uma história, dos setores dominantes socioeconomicamente.

Presentes desde a década de 1980, o Movimento Negro Unificado, a Comissão de Articulação dos Quilombos e outras entidades de movimentos negros pleiteiam o reconhecimento e proteção destas comunidades ainda que tardio em relação ao início das políticas de salvaguarda patrimoniais brasileira. E em 1988, a Constituição Federal Brasileira reconhece os sítios detentores de reminiscências quilombolas como patrimônio cultural brasileiro e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68, determina que a propriedade definitiva das terras historicamente ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo deve ser reconhecida. E para tais fins, o decreto 4887/2003 o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi instituído como órgão federal responsável pelo processo de titulação destes quilombos.

Este reconhecimento legitima não só os sítios, mas também a história e a resistência deste povo, as reminiscências quilombolas construíram-se como um território de tradições, de resgate social, de uma ocupação pautada na memória ancestral de um povo. Percebe-se com isso que a conceituação das comunidades quilombolas é trazida para a esfera atual, pensando no território e a sua maneira de ocupação e atrelando este território não somente aos escravizados fugidos ou alforriados, mas também considerando seus descendentes, pautando esse grupo como um coletivo de resistência à opressão racial com sua sistemática social própria e reforçando a importância do território para a compreensão deste povo.

3. IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

De acordo com Neres [7], Maria Abadia, Maria Pereira Dutra e Martinha Pereira Braga são símbolo de resistência e luta para a Comunidade Remanescente do Quilombo Mesquita, foram estas três negras

escravizadas por José Correia Mesquita que deram início à história do povoado em 1775. E hoje, ainda são lembradas pelos moradores defensores das terras quilombolas ao se falar da obstinação e tenacidade necessárias para o enfrentamento das questões referentes a proteção do Quilombo, principalmente nas questões de salvaguarda do seu território que é pautada como questão primordial de identidade quilombola.

A história da comunidade se entrelaça com a história da cidade de Luziânia que teve sua fundação em 1746, atrelada à exploração e procura de ouro na região pelo bandeirante Antônio Bueno de Azevedo e sua tropa que partiram da cidade de Paracatu rumo ao centro do Brasil Colônia. Antigamente conhecida como comarca de Santa Luzia, a região começou a ser ocupada por escravizados na época de sua fundação, onde estes vieram para trabalhar na mineração de ouro e após o declínio, logo em 1775, desta atividade tiveram sua atividade focada na agricultura nas grandes fazendas.

À época do surgimento do Quilombo Mesquita, devido à emigração dos senhores brancos da região devido à decadência econômica, o território passou a ser ocupado majoritariamente por escravizados alforriados, outros fugidos e de regiões diversas que deram continuidade a povoaram o território, e neste padrão de ocupação podemos perceber características primordiais de comunidades quilombolas, observando-se não somente o aspecto do uso e ocupação do território quanto as dinâmicas desenvolvidas que são pautadas neste aspecto, o desenvolvimento social e da maneira de produção local.

Ao pensar no desenvolvimento da comunidade a relação com o território diverge do conceito de propriedade privada comumente observado, a produção do comum no espaço quilombola reflete a sua identidade, a coletividade territorial, com bens e recursos compartilhados entre os indivíduos, onde o espaço é gerido e administrado numa consciência coletiva. Como vemos em Santos [8], existe uma relação estreita com a terra, plantando, criando animais e residindo, onde a cooperação familiar e comunitária é fundamental para o entendimento dos membros da comunidade sobre os saberes, a vida e a cultura que os cerca.

Observando-se não somente o aspecto do uso e ocupação do território quanto as dinâmicas desenvolvidas que são pautadas neste aspecto, a relação com a terra e com a produção, pensando-se no uso do território para a subsistência e união, remete ao caráter de luta e de rebelar-se contra a questão escravista. A insurgência de um coletivo que se expressa não somente pelo trabalho laboral e vivência territorial em conjunto, mas também pela construção de uma frente de resistência social, onde a experiência comunitária e cooperação é um aspecto de desenvolvimento social.

Definido em bases antropológicas, o conceito de territorialidade estabelecido neste trabalho é o mesmo de Little [1], que determina o território como um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território. Sendo assim, os territórios têm um caráter expressivo múltiplo e particularidades dos grupos sociais que os compõe, se tornando um produto do processo histórico, social e político, como vemos no Quilombo Mesquita onde a relação com o território consolida as relações sociais, laborais, econômicas e culturais.

4. INVENTÁRIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O processo do inventário participativo parte do princípio da educação patrimonial que visa suscitar a discussão e entendimento acerca do patrimônio cultural, onde os membros da comunidade são protagonistas no processo de identificação e descrição das tradições presentes no seu território. Tendo como objetivo o alcance da visão crítica e possibilidade de leitura do meio circundante, um dos pontos pautados neste processo é a de salvaguarda e preservação dos elementos que compõe a cultura local inventariada tendo como agente patrimonial a própria comunidade.

Em resposta a uma nova demanda de descrição e catalogação de elementos culturais que não faziam parte dos *bens pedra e cal* que eram os alvos das políticas patrimoniais no Brasil durante as primeiras décadas

depois da instauração do decreto que previa a proteção de bens materiais, em 1995 tem início o desenvolvimento da metodologia de Inventários de Identificação que abrangiam o levantamento de elementos culturais que eram expressões de grupos sociais. Buscando entender os sentidos e significados deste patrimônio, o Inventário Nacional de Referências Culturais foi o resultado deste processo de desenvolvimento buscando identificar, documentar e apreender a diversidade dos grupos tradicionais conformadores da sociedade.

Após o desenvolvimento deste método, visando atender às demandas de instituições e projetos governamentais, organizações da sociedade civil e solicitações dentro da própria unidade, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional adaptou o processo e metodologia utilizados pelos Inventários Nacionais de Referências Culturais para desenvolver um material que pudesse ser utilizado como ferramenta de auto identificação patrimonial. O inventário participativo foi pensado buscando a mobilização e envolvimento dos grupos sociais a fim de estimular o entendimento da cultura como um processo dinâmico de socialização e fortalecimento da identidade cultural e memória que contém esses grupos sociais.

Sendo um povo tradicional, as comunidades remanescentes de quilombo têm como parte do seu processo de constituição as tradições advindas da cultura africana, como vemos em Anjos [9], essas comunidades mantiveram tradições ancestrais como a agricultura, as técnicas de arquitetura e construção, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica. E assim como se configuram alguns elementos culturais africanos, a oralidade é um elemento fundamental para transmissão e perpetuação dos saberes e cultura entre as gerações e entendimento destas manifestações culturais inseridas no cotidiano local.

O processo metodológico para aplicação do inventário no Quilombo Mesquita consistiu inicialmente em identificar dentro da comunidade alguns perfis que captassem diversos grupos que formam a comunidade para que abrangência e multiplicidade identificassem de modo igualitário as referências culturais que são parte da comunidade. Fazem parte do inventário quilombolas famílias tronco iniciais do quilombo e membros que vieram de outras localidades, indivíduos ativos socialmente nos grupos e atividades e membros que não fazem parte das atividades da associação, uma abrangência de idades que permite tratar com diferentes gerações, entre outros, é necessária a integração de diversos agentes da comunidade.

Investigar, pesquisar e coletar informações sobre as referências culturais que fazem parte da comunidade são parte importante deste processo, através de conversas e entrevistas com os membros da comunidade o objetivo final não consiste em um instrumento de identificação de reconhecimento oficial, contudo consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo histórico-cultural. Durante o processo foi perceptível a tomada de consciência por parte de alguns membros em que consiste o patrimônio e as referências culturais da comunidade e como – e se – havia alguma ação de preservação e manutenção destes.

As categorias abrangidas pela pesquisa foram: lugares, celebrações, formas de expressões e saberes, onde em cada categoria se busca descobrir a referência da comunidade em cada aspecto, identificando e relatando a maneira como os indivíduos o percebem. Para suscitar a reflexão são buscadas memórias através de questões descritivas como a localização, a história, períodos importantes, participação social, vestígios, questões sobre manutenção e etc, cada categoria possui uma ficha que compõe os aspectos a serem levantados acerca do bem, seja material ou imaterial.

Tabela 1: Metodologia

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	
Metodologia	Manual de Aplicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fichas	Manual de Aplicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Categorias	Lugares, celebrações, formas de expressões e saberes
Entrevistas	Seleção de diversos atores da comunidade
Início	Definição de categorias e esclarecimento acerca dos conceitos de referências culturais
Documentação	Gravação de áudio e fotos
Coordenação da aplicação	Mariane Paulino

Ao exemplo de um saber que foi identificado por grande parte dos membros, temos as tradições e modos de fazer decorrentes de processos de cultivo agrícola: a produção da marmelada, sendo um saber que perdura desde os primórdios do Quilombo Mesquita, tendo sido um produto que caracterizou a comunidade durante a sua história. Durante as entrevistas foi relatado como a produção do doce é um processo caseiro e familiar, presente não somente como atividade, mas também nas casas e quintais, com os cômodos separados para a produção do doce no forno feito de adobe, os grandes tachos presentes nas cozinhas para a preparação e cozimento do marmelo e também nos processos iniciais como o plantio e a colheita comunitária.

Identificadas como a maior celebração do Quilombo, as folias consistem em festejos relacionados à religiosidade, este povo que assim como seus ancestrais foram catequisados, tem nestas celebrações o culto a santos católicos, como a padroeira da comunidade Nossa Senhora da Abadia. Embora seja de tradição católica, foi percebido pelos entrevistados que as folias não congregam somente praticantes da religião, mas se configuram como referência cultural da comunidade, envolvendo membros de religiões diversas que participam do acompanhamento da procissão pela comunidade e vivência nos diversos pousos para celebração.

E dentro dos ritos existentes nas folias existem os momentos da Catira e a da Raposa que são danças que fazem parte da tradição da comunidade, onde a primeira é parte de um folclore regional que pode ser observada em outros grupos sociais e comunidade de quilombos, e a raposa é uma dança própria do Quilombo Mesquita que teve início com um dos patriarcas da comunidade no século passado. As cantigas tocadas pelos violeiros e cantadas tratam do dia-a-dia e cotidiano durante a história, onde diversas versam sobre a relação do povo com o território, do plantio e atividades correlatas.

Na descrição das folias, durante as semanas de festividade, a cada dia um morador oferece sua residência para ser o “pouso” e em sua casa é preparada a refeição que será partilhada, e este será o local das danças e cantigas e o local de festejo até o próximo dia, onde a folia seguirá para outra residência. Durante os dias de festa há uma peregrinação pelo território de pouso em pouso até o retorno ao ponto inicial que é a Igreja de Nossa Senhora da Abadia (Figura 1).

Estes foram alguns aspectos e descrições de algumas referências culturais percebidas na comunidade, a reflexão e captação dos signos existentes são parte do processo de educação patrimonial que tem como objetivo trabalhar com a comunidade este processo de identificação dos objetos para o entendimento do seu significado e carga simbólica, além da percepção para a gestão deste patrimônio. Como vemos em Horta [10] este é um processo permanente e sistemático pautado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento para desenvolvimento individual e coletivo, compreender a identidade social e a memória do Quilombo Mesquita tendo seus membros como protagonista e mantenedores do patrimônio vivo.



Figura 1: Exemplo de espacialização das Folias

Tabela 2: Resultados do Processo

CATEGORIAS	REFERÊNCIAS CULTURAIS
Lugares	Casarão de Sinfrônio Braga Capela de Nossa Senhora Agrupamento de casas e espaços comuns
Celebrações	Folias (4 ao ano, sendo a principal Nossa Senhora da Abadia no mês de agosto)
Formas de expressão	Danças populares: catira e raposa Cavalgada
Saberes	Produção do doce de marmelo e goiabada

Portanto, a identidade cultural quilombola ser discutida e apreendida pelos seus membros é um passo nas políticas de salvaguarda da memória e traz à luz a existência e necessidade protetivas destas comunidades, que também abrangem seu território que é parte primordial para o entendimento cultural desta população, como pode ser percebido. Pois como afirma Leroy [11] “no caso de comunidades étnicas, a afirmação da identidade e da diferença é em geral necessário para que seus membros individualmente e como grupo, possam ser reconhecidos e dialogar em pé de igualdade com outros grupos e setores da sociedade”.

5. CONCLUSÃO

A preservação do patrimônio histórico quilombola em suas dimensões – territorial e identitária – pode ser enxergada como um valor de resistência, em especial ao se tratar das comunidades de quilombo estas dimensões indissociáveis remontam a memória destes povos, suas construções e modo de fruição do espaço, são carregados de significados e contam a sua história, sua trajetória. E o caráter emergencial de políticas não se dá somente pela questão patrimonial, mas também pelo viés social destas medidas, pois estas se alinham com a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), criada com o objetivo de combater o racismo e de reduzir as desigualdades raciais no Brasil.

Ainda que em bases legais o reconhecimento da importância destes povos tradicionais para conformação da sociedade brasileira seja notado e haver uma política de proteção patrimonial aos sítios remanescentes, a morosidade processual do reconhecimento destas comunidades e o cenário de vulnerabilidade socioeconômica dos afrodescendentes no Brasil corroboram com a estruturação da discrepância social e garantia de direitos. Com isso, ao se pensar na questão da importância territorial

para o desenvolvimento e dinâmica social sendo fator necessário para a identidade cultural quilombola, a educação patrimonial é de importância para o entendimento consciência social dos indivíduos envolvidos.

Para tanto, políticas públicas de preservação e salvaguarda do patrimônio, práticas, saberes e modos de fazer são necessários para o enfrentamento das iniquidades sociais e para o fortalecimento da identidade quilombola, e ações como o inventário participativo corroboram para este fortalecimento. Pois como vemos em Castells [12] quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, portanto, ações que preservem os sítios importantes para a memória da cultura negra e sua cultura passada de geração em geração se alinham com as proposições da Agenda Quilombola e do Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, além de fortalecerem o sentido de comunidade para o enfrentamento das problemáticas sociais resultantes deste processo de invisibilidade.

6. BIBLIOGRAFIA

[1] Little, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Volume nº 322. Brasília: DAN/UnB, 2003.

[2] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 3239/2004. Relator Ministro Cesar Peluso. <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2227157>. (08/10/2017)

[3] BRASIL. *Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, 2003.

[4] Eltis, David; Richardson, David. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database Voyages: Introductory Maps*. <http://www.slavevoyages.org/assessment/intro-maps> (10/10/2017)

[5] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas Do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro, 1990.

[6] Choay, Françoise. *Alegoria Do Patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001

[7] Neres, Manoel Barbosa. *Educação quilombola em Mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2015.

[8] Santos, I.R.dos. *Tá fazendo marmelada, compadre?: Um ensaio sobre a cultura do marmelo em Mesquita*. Goiás. Prêmio Territórios Quilombolas, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

[9] Anjos, Rafael Sanzio Araújo dos. *Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil*. XIII Congresso Luso-Afro-Brasileiros De Ciências Sociais. Coimbra. Vol. 16. 2004.

[10] Horta, Maria de Lourdes Parreiras. *Educação patrimonial*. Comunicação apresentada na Conferência Latino Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural. Junho, 1991.

[11] Leroy, J-P. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org.). *A geografia do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 248-256.

[12] CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.